

Gestão do trabalho pedagógico e educação popular: a atuação do gestor educacional para além dos muros da escola

Durval Saturnino Cardoso de Paula¹

Resumo

Com base no trabalho desenvolvido no Centro de Educação, Cultura e Arte dos Distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia, em Uberlândia, MG, desde o ano de 2010, este artigo objetiva a reflexão acerca da atuação do gestor educacional para além dos espaços escolares regulares. Para isso, busca-se refletir os diferentes papéis que esse profissional assume ao lidar com o popular/comunitário. Trata-se de chamar a atenção para um outro lugar de produção e troca de saberes, ação que requer do gestor educacional uma postura diferenciada, humanizada e sensível com as causas comunitárias.

Palavras-chave

Educação Popular. Gestão Educacional. Educação Libertadora.

1. Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. E-mail: durvalsaturnino@hotmail.com.

Pedagogical work management and popular education: the role of the educational manager outside school walls

Durval Saturnino Cardoso de Paula *

Abstract

The aim of the present article is to encourage reflection on the basis of the work which has been carried out at the Education, Culture and Arts Center of the districts of Cruzeiro dos Peixotos and Martinésia, in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil, since the year 2010 regarding the role of the Educational Manager outside regular school spaces. The objective is to draw attention to other places of production and exchange of knowledge. Such task requires that the educational manager adopts a different, humane and sympathetic attitude towards community causes.

Keywords

Popular Education. Educational Management. Liberating Education.

* MSc in Social History, Federal University of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. E-mail: durvalsaturnino@hotmail.com.

Introdução

Este artigo objetiva a reflexão acerca da atuação do gestor educacional para além dos espaços escolares regulares. Para isso, escolheu-se o trabalho de pesquisa-ação desenvolvido no Centro de Educação, Cultura e Arte dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia, em Uberlândia, Minas Gerais, desde o ano de 2010, por meio da execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão financiados pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura, da Universidade Federal de Uberlândia (PROEX/UFU).

Utilizaram-se como elemento metodológico para o desenvolvimento dessas ações estudos e diretrizes que fundamentam a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade pública, bem como estudos que enunciam a importância da troca de experiências e saberes acadêmicos e comunitários. Uma terceira frente teórica referendada neste estudo é aquela que sedimenta a atuação do gestor educacional, em parte, fruto dos estudos realizados no curso de especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico, concluído na Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC).

Antes mesmo do início da escrita deste trabalho, houve um prévio enfrentamento de ordem conceitual: utilizar ou não, o conceito educação popular (EP)? A dúvida decorre, principalmente, dos vários entendimentos que o conceito evoca e das muitas discussões acerca dele. Trata-se, por assim dizer, de um conceito que elenca várias discussões para múltiplas direções. Entretanto, optou-se por assumir o risco e, ao mesmo tempo, delimitar conceitualmente o que, aqui, compreende-se por educação popular.

Inicialmente, vale dizer que não há como pensar em EP a não ser à luz das ideias daquele que mais a (res)significou e a aproximou da realidade vivida e compartilhada: Paulo Freire. Sem sombra de dúvidas, foi o patrono da

educação brasileira que trouxe significância ao termo enquanto projeto educacional para os socialmente menos favorecidos. Para Boff (1993, p. 3):

Paulo Freire representa socialmente, no sentido preciso e mais forte do termo, esse novo modo de aproximação do povo oprimido, de sorte que dizer “Educação Paulo Freire” é já definir uma postura específica de acercamento da realidade popular – postura feita de humildade, escuta, respeito e confiança e ao mesmo tempo de crítica, interrogação, diálogo, solidariedade e envolvimento transformador.

Em *Que fazer: teoria e prática em educação popular* (1993), Freire e Nogueira destacam um ponto próprio e bastante peculiar dessa concepção/prática política: “o conhecimento do mundo é também feito através das práticas do mundo” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 18). Essa dimensão é bastante frutífera para pensar o que aqui se entende por EP, pois sugere um redimensionamento dos lugares de produção de saberes. Questiona, implicitamente, a tradição muito disseminada de que o conhecimento só é válido se produzido em lugares tradicionalmente consagrados, como na Academia, e, ao mesmo tempo, sugere o contrário: o conhecimento está também nas práticas, nas vivências, convivências, trocas e partilhas socialmente construídas na própria sociedade. Conhecimentos múltiplos, diversos, feitos e elaborados de diferentes formas e maneiras, por diferentes sujeitos histórico-sociais e descentralizados, horizontalizados.

A EP, por meio dessa concepção, começa a ser compreendida como um “esforço de mobilização, organização das classes populares” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19), esforço que requer estudo, debate, crítica e partilha.

Para o seu êxito é necessária a construção de uma consciência coletiva de pertencimento e, ao mesmo tempo, de transformação social. Os sujeitos que movem a EP devem se perceber como seres livres, inclusive para pensar e propor práticas transformadoras/libertadoras. A EP, entendida dessa maneira, organiza-se como forma de resistir à dominação de um sistema opressor que necessita das classes populares como sujeitos que fazem e não sujeitos que pensam o fazer e que fazem pensando. Os espaços de construção e partilha de saberes populares vivem resistindo das mais variadas formas aos modos e modelos de opressão.

O conceito de EP aqui referendado aproxima-se do que GOHN (2006) denomina educação não formal. Para a autora,

a educação não formal é aquela que se aprende no “mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28).

Como já referido, as categorias conceituais aproximam-se, mas não se confluem. Primeiro, porque pode ser identificado no termo “não formal” um conceito carregado de caráter pejorativo e desqualificativo. Isso porque dá a impressão de que o popular, visto como não-formal, aparece em contraponto ao escolar regular, consagrado como o espaço formal de produção do saber. Falar de EP no sentido da alteridade é reconhecer os saberes populares, ou seja, o saber do outro, como saberes múltiplos e diversos.

Há um forte movimento de desqualificação do fazer/saber/pensar popular. Há uma marginalização das práticas populares. Há uma tentativa de segregação do popular. Há um entendimento que o leva a ser descrito, visto e representado como o saber marginal, desqualificado, desprovido de cientificidade, silenciado pelos instrumentos de poder que elevam o pensamento institucionalizado à

condição de saber erudito, provido de lugares de fala privilegiados e histórico-socialmente definidos, reconhecidos e agraciados.

Paulo Freire, Carlos Brandão, Tião Rocha e uma leva de pensadores/educadores integram grupos de resistência e de reconhecimento da ação dialógica entre as diferentes formas de fazer-pensar-representar e decodificar o mundo.

O Centro de Educação, Cultura e Arte dos Distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia (CulturArte) surge no entremeio dessas discussões/reflexões, que buscam o diálogo e a reciprocidade entre os saberes acadêmicos e populares, e de ações promovidas por grupos desses Distritos desde o ano de 2010, em parceria com a PROEX/UFU. Essa parceria nasceu objetivando a emancipação comunitária, o despertar da consciência coletiva e do empoderamento e, também, da ação libertadora e da busca pela sustentabilidade do CulturArte.

O CulturArte pode ser definido como um grupo comunitário, não institucionalizado, de organização sistemática que visa a construção de um fazer/pensar transdisciplinar. Nesse contexto, a gestão educacional, como saber qualificado e especializado, e a figura do gestor educacional tornam-se cruciais. Trata-se de um espaço diferenciado daqueles da educação regular (educação básica, técnico-tecnológica e superior), que coexiste com a comunidade, sem financiamento governamental, não segue a estrutura organizacional hierárquica e institucional dos ambientes regulares e pauta o processo de ensino-aprendizagem sob uma visão libertadora e transdisciplinar de educação. A definição do que ensinar não segue as diretrizes curriculares do ambiente escolar regular, mas, sim, a vontade da própria comunidade.

O CulturArte percebe o trabalho corporal/sensorial por meio de diferentes linguagens (dança, música, teatro, iniciação esportiva, artes visuais) como instrumento para ensinar e aprender a consciência de si e do outro, o respeito às diferenças e ao espaço comunitário,

a valorização da cultura comunitária, a ressignificação de categorias artísticas ditas eruditas (balé, jazz e pintura em tela, por exemplo), a (re)apropriação cênica, espacial e temporal e o orgulho da pertença ao grupo comunitário.

Inicialmente, pode parecer paradoxal a união de um ofício técnico especializado, como o do gestor educacional, com um movimento comunitário não institucionalizado. Entretanto, se a ação da gestão educacional se der de forma humanitária, democrática, sensível e emancipadora, ela se torna poderoso instrumento de organização estrutural, de sistematização de saberes e práticas e de definição clara de um projeto político e pedagógico da comunidade.

É importante relatar que os gestores do CulturArte são todos membros das comunidades de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia. Isso se tornou possível devido ao desenvolvimento de projetos nesses locais ao longo dos anos e a criação de uma rede de formação contínua com os membros das comunidades. Em virtude disso, o CulturArte possui, atualmente, um quadro de colaboradores qualificados tanto de saberes acadêmicos (pedagogos, historiadores, estudantes universitários de diferentes áreas, especialistas em educação e pesquisadores) quanto de saberes comunitários (moradores e moradoras de ambos os distritos que participam da elaboração das diretrizes do Centro Cultural, das formas de pensar e fazer o projeto educacional do grupo comunitário, e que conhecem e vivem a realidade de ambos os distritos).

Há, portanto, nessa forma de construção de um projeto de educação amplo, transdisciplinar e engajado peculiaridades no que concerne aos elementos de gestão do trabalho pedagógico e do ofício do gestor educacional que merecem ser refletidos de maneira pontual.

Um entendimento de comunidade

É necessário o entendimento prévio

de que a comunidade existe, partilha e compartilha saberes, cotidianamente. É um espaço de sociabilidade onde pessoas vivem e convivem, lugar onde o singular e o diverso se confluem e onde o indivíduo e a coletividade se entremeiam e se definem. Trata-se de ambientes históricos e geograficamente construídos e constituídos pelos mais diversos e variados sujeitos. Lugares de harmonia e conflito, concórdia e discórdia, consenso e divergência.

Dito isso, há outro elemento a se pensar: nem todo o espaço aglomerado de pessoas é, por excelência, uma comunidade. Existe comunidade onde há sentimento de pertença, de coexistência entre o si e o outro. Portanto, a ideia de comunidade nasce com o despertar para a cultura do convívio coletivo, da partilha de glórias e dificuldades, da construção e aplicação de saberes recíprocos que despertam para a cultura da ação.

Um espaço comunitário de educação, cultura e arte é um lugar constituído dessa consciência de coletividade. O que mais se vê, atualmente, é uma completa institucionalização da comunidade. As Organizações Não Governamentais (ONG), constituídas no Terceiro Setor, surgem de maneiras institucionalizadas (atas de fundação, CNPJ, leis de utilidade pública municipal, estadual e federal) e se apropriam das comunidades na sociedade brasileira. Infelizmente (registrando, também, que há exceções), percebe-se o surgimento de instituições muito mais interessadas nas subvenções que irão receber do que verdadeiramente com o projeto de comunidade a ser construído. Mais importante do que a institucionalização de um grupo comunitário é o despertar desse grupo para o entendimento de si próprio, suficiente para movê-lo a se tornar protagonista do seu próprio caminho.

Visando (res)significar esse contexto, o gestor surge como aquele que sistematiza os anseios, sentimentos e entendimentos da comunidade. Essa figura é mais uma entre tantas

outras que constituem a comunidade. Ele não é vanguarda, nem tampouco, uma autoridade no sentido restrito da palavra. No espaço comunitário, o gestor educacional é aquele que canaliza os anseios coletivos, lhes dá relevo, os define e os teoriza com base na convivência. Ele não criasozinhoregrase concepções, mas medeia, partilha e compartilha saberes e experiências.

Em espaços de convivência como Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia, que se constituem, historicamente, pela concepção do “toma lá, dá cá”, o gestor educacional incumbese do despertar para a necessidade de reflexão coletiva. Ele se torna aquele que, conjuntamente com os demais educadores populares, estimula o debate para a construção de caminhos e objetivos e para a definição de um ponto de chegada que se refaz o tempo todo. Eis aqui mais uma diferença entre a educação regular e os espaços comunitários (como o CulturArte). Enquanto na escola (instituição) as trocas e partilhas de saberes se dão entre alunos/alunos (no sentido estrito) e professores/alunos, no espaço comunitário elas se dão entre todos. O lugar de ensinar e aprender é constantemente deslocado. Não possui um único foco ou uma única fonte. Faz-se presente em todos os lugares onde há disposição para se pensar o fazer.

Nesse sentido, o gestor educacional comunitário/popular deve incumbir-se de estimular a criticidade, de promover a participação e a reflexão sobre uma dada condição e o estabelecimento de práticas que possam transformar uma realidade. Ele deve, acima de tudo, respeitar o espaço comunitário e entendê-lo nas suas singularidades e diversidades. Aquele incansável sujeito histórico e social que se dispõe a se reinventar o tempo todo e que constantemente incita o pensar acerca do fazer.

Gestão educacional mediadora

No espaço comunitário não há como

pensar a gestão educacional a não ser pelo prisma de uma gestão democrática e mediadora. A transformação traz consigo um movimento muito forte de resistência. Espaços comunitários como Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia transformaram (devido à força e ao poder emanado de segmentos privilegiados dentro dos ambientes comunitários) desmandos em tradição. A opressão historicamente vivida torna-se, tradicionalmente, aceita pela comunidade. Não há, nesse sentido, outra forma de iniciar um debate e um diálogo, estimular o pensar acerca dessa condição, um processo de emancipação comunitária, a não ser pela via do diálogo, da mediação dos anseios comunitários e do lento rompimento com as amarras de opressão, silenciamento e marginalidade em que vivem os menos favorecidos.

É importante ressaltar que uma gestão educacional mediadora com um grupo ou espaço comunitário de educação, cultura e arte resulta de um moroso trabalho cotidiano de convencimento explícito e implícito. Trabalho que deve atingir desde os mais novos até aos mais antigos viventes de uma comunidade. A EP não está inserida somente no CulturArte, mas em todos os lugares onde habita o comunitário. Está na roda de conversas que o educador organiza com seus alunos no Centro Cultural, mas também fora dela. Está nas rodas de amigos que se sentam na frente das suas casas para admirar o pacato movimento da comunidade. Está no grupo de mães que se une vez ou outra para costurar seus tapetes de cordão ou de lã ou na Unidade Básica de Saúde da comunidade, na qual todos buscam alívio para determinada dor. Está, também, nas festas comunitárias (por exemplo, as festas das capelas, festas de Santos Reis, Campeonatos de Truco e Futebol, entre tantas outras), nas quais as pessoas conversam, confraternizam, se encontram e se sociabilizam. Está em todos os lugares em que há uma vontade de pensar, de dialogar, de debater desde os assuntos mais prosaicos

aos mais complexos que tingem a comunidade.

Nesse contexto, o gestor educacional deve ser muito hábil e sensível, pois necessita perceber as trocas, as partilhas e as construções de saberes que acontecem em todos esses lugares e estabelecer pontes de diálogos entre eles. Por isso ele é mediador, pois necessita observar, perceber, identificar as oportunidades que a própria comunidade cria para refletir a sua condição e com isso, mediar, colocar mais elementos nas discussões que, de forma muito lenta e silenciosa, fazem as pessoas despertarem para o senso de coletividade.

Uma das principais dificuldades em pensar o papel do gestor educacional em espaços comunitários de construção de saberes está no fato do espaço comunitário não se constituir além ou aquém da comunidade. O espaço comunitário é a própria comunidade! Mesmo que dentro dela existam os momentos mais íntimos e individuais com um grupo ou outro (crianças, adolescentes, adultos e idosos), em ocasiões e horários preestabelecidos (manhã, tarde, noite, durante a semana ou nos finais de semana) e com diferentes atividades (dança, música, teatro, leitura, esporte), há sempre uma conexão da comunidade com o ambiente que a rodeia.

Se alguém da comunidade se sente no direito de impedir que crianças e adolescentes façam atividades físicas no campo comunitário de futebol e tranca o seu portão com um cadeado, automaticamente leva para dentro do espaço comunitário uma discussão necessária acerca do direito de apropriação dos espaços coletivos, por exemplo. Se a quadra de esportes do Distrito de Cruzeiro dos Peixotos está há vários anos com a reforma prometida pelo poder público municipal paralisada e nada é feito para terminá-la, impedindo, assim, um trabalho mais eficaz com o esporte, torna-se, então, um tema para ser refletido dentro do espaço comunitário. Se na Unidade Básica de Saúde o médico que atende à comunidade entra de férias e não há outro profissional designado para substituí-

lo, há aí uma importante discussão acerca do direito constitucional de acesso à saúde pública.

O gestor educacional comunitário é, então, aquele que medeia e estimula educadores/membros da comunidade a inserir essas discussões nos espaços de construção de saberes criados na comunidade. O CulturArte e a comunidade se tornam um só na medida em que a construção de um processo de ensino-aprendizagem se dá por meio da reflexão da relação do sujeito com a comunidade, ou seja, do indivíduo com a coletividade.

Gestão educacional ativa e participativa

Falar de uma gestão educacional que é ativa e participativa nos espaços comunitários significa dizer que o gestor educacional que se (re)constrói nesses ambientes é aquele capaz de participar, ativamente, do projeto de comunidade que se quer construir. Não dá para gerir espaços comunitários por meio de lupa ou gabinete. A gestão desses lugares exige mediadores, sistematizadores, educadores, membros, colaboradores, sujeitos participantes assíduos, comprometidos, engajados e participativos. O sucesso ou o fracasso da gestão de espaços de educação, cultura e arte populares está inteiramente relacionado ao nível de engajamento e participação existente para com as causas defendidas e com os objetivos definidos pela comunidade.

Ressalta-se mais uma vez a necessidade de construir coletivamente um projeto claro da comunidade que se tem e da comunidade que se quer construir. O gestor educacional ativo e participativo não só conhece esse projeto como é o primeiro a partir para a ação e colocá-lo em prática. O gestor deve ser incansável no propósito de mobilizar, incentivar o debate e a reflexão acerca da necessidade de mudança do olhar. De mudança da cultura da inércia e da passividade, para a cultura da ação e da transformação.

Gestão educacional democrática

Sabe-se que, atualmente, a gestão democrática não é só importante em espaços de educação popular, mas também na educação formal. A democratização da sociedade torna-se incompatível com uma gestão que ocorre de outro modo. É importante ressaltar que os espaços de educação, cultura e arte populares são, por excelência, incompatíveis com o autoritarismo. Não há meio termo ao se gerir espaços de saberes populares. Isso porque os saberes populares são construídos, (res) significados por meio da roda (física e simbólica). É na roda que se negocia, que se estabelecem diretrizes e compromissos, que se constroem projetos, ideais, concepções. É na roda que se partilha a gestão dos espaços comunitários. A roda se torna o jeito mais eficaz de praticar a ação-reflexão-ação (ROCHA, 2004).

Insiste-se em dizer que o gestor educacional é o mediador, o sistematizador, aquele que ouve e que canaliza os anseios comunitários. Esse sujeito histórico-social não pode jamais impor-se autoridade. O máximo que se pode é construir coletivamente um lugar de liderança, reconhecido e legitimado pela comunidade. Não pelo medo, não pelo poder, mas pelo posicionamento, pela postura e pelo respeito que emana dele próprio. O gestor não dá ordens, dá sugestões. O gestor não impõe, negocia. O gestor comunitário não cria sozinho, faz junto. O gestor comunitário não pode levar os méritos, ele os compartilha/distribui. O gestor comunitário não se outorga o “chefe” do grupo comunitário, ele é reconhecido pelas atitudes, pela constância e pela coerência entre o discurso e a prática educacional.

Gestão educacional pautada no princípio das lideranças

Ao fazer referência ao conceito de liderança, Luck (2008, p. 34), mesmo reconhecendo um

entendimento já sedimentado na bibliografia especializada de que “qualquer esforço para definir liderança é arbitrário e subjetivo”, afirma haver a possibilidade necessária de estabelecer pontos comuns sobre esse termo. Realizando esse exercício de busca de confluências, a autora destaca a liderança como

processo de influência, realizado no âmbito da gestão de pessoas e de processos sociais, no sentido de mobilização de seu talento e esforços, orientado por uma visão clara e abrangente da organização em que se situa e de objetivos que deva realizar com a perspectiva da melhoria contínua da própria organização, de seus processos e das pessoas envolvidas. (LUCK, 2008, p. 35).

Ao referenciar que a gestão educacional comunitária deve se fundamentar no princípio das lideranças, com o mesmo entendimento das confluências apontadas por Luck (2008) para o termo, sugere-se que o gestor educacional o faça de forma a não centralizar ações e tomadas de decisão. Na comunidade, o intuito central é estimular a constante formação de novas lideranças, de grupos comunitários e ou pessoas proativas, capazes de “tomar decisões, mobilizar esforços e talentos com clareza dos seus objetivos, visando à melhoria do trabalho a ser desenvolvido” (LUCK, 2008, p. 35).

Além disso, a gestão educacional comunitária deve estimular e atuar em prol do surgimento de novas lideranças e não em detrimento delas. Pela experiência no trabalho realizado no CulturArte, pode-se dizer que essa tarefa é muito árdua e difícil. Produzir líderes e protagonistas é muito mais difícil do que produzir sujeitos que simplesmente fazem. Atribui-se parte dessa dificuldade à tradição da opressão praticada sobre os sujeitos menos favorecidos. Toca-se, mais uma vez, exatamente no ponto em que se desqualifica o outro por ser diferente, considerando-o como marginalizado. Pode-se presumir que o estágio mais avançado

no sucesso de uma gestão educacional comunitária é o momento em que se começa a produzir novas lideranças dentro do grupo. Assim, pretende-se com essa gestão a construção de lugares de decisões horizontalizados em que exista não apenas mais um grupo, mas sim grupos comunitários capazes de se interligar como redes por meio do intermédio do gestor, com autonomia para autogerir espaços, projetos e ações.

Gestão educacional orientadora

Uma gestão educacional comunitária orientadora deve, em suas premissas básicas, unir duas formas de orientação enunciadas por Carvalho (1979), que são uma orientação empírica e uma orientação técnica. Para a autora,

a orientação empírica é expressa somente pela influência de um sobre o outro, a orientação técnica se exerce nos limites de um Estatuto e possui agentes determinados e exclusivos. (CARVALHO, 1979, p. 53).

É evidente que no caso da gestão educacional comunitária orientadora a orientação empírica exerce maior influência sobre a orientação técnica, mas nem por isso deixa de se revestir de limites e agentes determinados, mesmo que esses elementos se façam por meio de um “contrato social” simbólico, subjetivo e baseado mais nos compromissos assumidos pela convivência harmônica e respeitosa entre os sujeitos que compõem o universo comunitário imerso em saberes, práticas, costumes e tradições do que nas prescrições e normativas instituídas formalmente.

Essa gestão educacional comunitária e orientadora é aquela que percebe o poder que tem a palavra/oralidade para a comunidade. Em Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia, por

exemplo, esses espaços histórico-sociais possuem uma grande diversidade de grupos e sujeitos. Entretanto, em consenso com a realidade brasileira é também necessário dizer que os viventes de uma comunidade são pessoas comuns, pais, mães, filhos e filhas com vidas simples. Pessoas com experiência de vida, mas que possuem pouca formação letrada e que aprenderam com os mais velhos o valor da palavra.

Refere-se, então, a outro lado da produção dos saberes populares. Ao contrário da educação regular em que se percebe uma supervalorização da palavra escrita, muitas vezes até mesmo em detrimento da palavra falada, na comunidade percebe-se o movimento contrário. Se há uma festa comunitária no Centro Cultural, pregar cartazes ou enviar bilhetinhos de papel para convidar os moradores é a mesma coisa que não entregar o convite. Mas se há uma ação baseada na palavra, na oralidade, em que se vai até as casas, olha-se no olho das pessoas e se realiza o convite, o evento torna-se um sucesso. Isso decorre exatamente da necessidade de percepção de que as comunidades possuem seus próprios códigos, suas próprias linguagens e não seguem um padrão. Se a educação regular segue em demasia buscando padrões, a educação popular busca desconstruí-los.

A EP não se dá de forma homogênea, ela se (res)significa o tempo inteiro, permeia entre a tradição, o costume e o medo da inovação, mas jamais ocorre da mesma forma em todos os lugares. O gestor educacional comunitário que percebe isso, com certeza, será bom orientador educacional de práticas e saberes comunitários.

A figura do gestor educador

É importante o entendimento de que o gestor educacional comunitário é, antes de tudo, um educador popular. A sua função é educar, trocar, partilhar, (res)significar saberes e práticas. O gestor/educador

é aquele que dá à Educação o caráter político, social e cultural de que ela se reveste e faz de seu trabalho um processo de militância e comprometimento, não com o sistema dominante (“tarefeiro”), não com os grupos hegemônicos (“pelego”), não consigo mesmo (“egoísta”), mas com a prática da democracia substantiva e radical. (ROCHA, s.d., p. 2).

Os dizeres de Tião Rocha corrobora o que se entende por gestor/educador, pois como já foi dito, o primeiro lugar de fala do gestor comunitário, e justamente aquele de maior significância, é o lugar em que ele se percebe como educador, em que ele se vê capaz de promover mudanças, despertar reflexões, debates, além de sensível e humano ao ponto de tocar o outro e de partilhar com ele o que de mais bonito há nas ações humanas: a capacidade recíproca e compartilhada de ensino-aprendizagem.

A gestão educacional, nos termos colocados aqui, só existe porque existe a comunidade e a comunidade só existe porque existe um sentimento de pertença e de coletividade.

Considerações finais

Percebe-se, mediante as reflexões tecidas neste trabalho, que a atuação do gestor educacional pode e deve extrapolar os ambientes regulares de ensino. Foi apontada uma série de possibilidades de atuação desse profissional em projetos, programas (de pesquisa, ensino e extensão) e instituições, inclusive o exemplo do trabalho desenvolvido pela Universidade Federal de Uberlândia em parceria com as comunidades em foco. Momentos em que o gestor educacional é muito requisitado e suas funções e atribuições tornam esse trabalho diferenciado.

Foi verificado também que, para o trabalho com a comunidade, o gestor educacional deve estar disposto a uma série de reformulações de conceitos/concepções e, além de disposto, estar aberto e engajado com o desenvolvimento de uma nova práxis que envolve o (res)significar das relações entre os saberes acadêmicos/institucionais e os saberes comunitários/tradicionais.

Referências

- BOFF, C. Apresentação. In: FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 3-7.
- CARVALHO, M. de L. R. da S. **A função do orientador educacional**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GOHN, M. da G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Aval. Pol. Púb. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ROCHA, T. **Pedagogia da roda**. [200-]. Disponível em: <<http://www.cpcd.org.br/tiao-rocha>> Acesso em: 8 nov. 2015.

_____. **Você é um educador?** Texto para reflexão e instrumento de trabalho. Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD). [200-]. Disponível em: <<http://www.cpcd.org.br/tiao-rocha/>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

Submetido em 14 de dezembro de 2015.

Aprovado em 28 de fevereiro de 2016.